

NOTAS EXPLICATIVAS

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

a) Informações gerais

A Duratex S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo - SP, controlada pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., com atuação destacada no setor financeiro e industrial, e pela Companhia Ligna de Investimentos, que possui relevante atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria, atuando ainda na construção e locação de empreendimentos imobiliários.

A Duratex e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo”) têm como atividades principais a produção de painéis de madeira (Divisão Madeira) e louças, metais sanitários e chuveiros (Divisão Deca). Conta atualmente com quinze unidades industriais no Brasil, mantendo filiais nas principais cidades brasileiras e subsidiárias comerciais nos Estados Unidos e Europa.

A Divisão Madeira opera com cinco unidades industriais no País, responsáveis pela produção de chapas de fibra, MDP (painéis de média densidade particulados), painéis de MDF, HDF e SDF (painéis de média, alta e super densidade de fibra), pisos laminados Durafloor, componentes semiacabados para móveis e uma unidade de produção de resinas industriais.

A Divisão Deca opera com dez unidades industriais no País, responsáveis pela produção de louças e metais sanitários, com as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Thermosystem.

b) Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2014.

Nota 2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.2 – Consolidação

2.2.1 – Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e nas quais há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas: Duratex S.A. e suas controladas diretas: Duratex Florestal Ltda., Estrela do Sul Participações Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Duratex Comercial Exportadora S.A., Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda., Bale Comércio de Produtos para Construção S.A., Mykonos Administração e Participações Ltda, e suas controladas indiretas: Duratex North America Inc., Duratex Europe NV., Duratex Belgium NV., TCI Trading S.A., e Deca Piazza S.A.(apresentada como operação descontinuada).

Em função das empresas Duratex não possuírem o controle da Tablemac S.A., em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações foi reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não

controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como *ágio (goodwill)*. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(b) Transações e participações de não controladores

São registradas de maneira idêntica às operações com acionistas do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor dos ativos líquidos da controladora é registrada no patrimônio líquido, bem como os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores.

(c) Coligada

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. Ver Nota 2.12 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo *ágio*.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

2.2.2 – Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o conhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IAS 32 – “Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (Revisão da IAS 32)- A revisão clarifica o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensações. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia avalia que essas revisões não sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

IAS 39 – “Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge” (Revisão da IAS 39) – Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não renovou seus derivativos durante o exercício, contudo essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.

2.3 – Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4 – Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira exceto quando essas variações forem utilizadas como operações de hedge de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos.
- Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 – Ativos financeiros

2.6.1 – Classificação

Sua classificação é determinada pela administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

2.6.2 – Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como por exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outros resultados operacionais líquidos, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece

o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

2.6.3 – Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 – *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira;

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da Companhia é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a Companhia designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta “Ajustes Acumulado de Conversão”, o ganho ou perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado em “Outros Resultados Operacionais, Líquidos”.

Os ganhos e as perdas acumuladas no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

2.8 – Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

2.9 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 – Ativos intangíveis

Ativos intangíveis compreendem: ágio (*goodwill*), carteira de clientes, marcas, patentes e direitos de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil definida.

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida ou em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para identificar a necessidade de registro de perdas (*impairment*).

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) para fins de *impairment*. A alocação é feita para Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificados de acordo com o segmento operacional.

Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo valor de custo menos a amortização acumulada.

Relações com clientes – carteira de clientes

As relações com clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com bases nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimável.

2.11 – Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo período para ficar pronto, menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

2.12 – Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.13 – Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme nota 14. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidas do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

2.14 – Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 – Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.17 – Benefícios aos empregados

(a) Planos de previdência privada

A Companhia e suas controladas oferecem plano de contribuição definida a todos os colaboradores, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários. A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado ao ingresso de novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, a Companhia e suas controladas não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), segundo o qual recebe os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo dos serviços dos executivos, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções e, a cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que espera sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneraram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no período. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados (custo dos produtos vendidos, despesas com vendas ou despesas administrativas) quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.18 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago na aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções (*Stock Options*).

2.19 – Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fruirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Vendas de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

2.20 – Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacional são registrados ao custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

2.21 – Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pelo Conselho de Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício.

A parcela dos dividendos superior ao mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota nº 22(d).

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Nota 2.22 – Operações descontinuadas

As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram baixados ou classificados como mantidos para venda, estão sendo divulgados nas demonstrações financeiras, em rubrica separada do restante das operações da Companhia e referem-se à empresa Deca Piazza S.A. localizada na Argentina cuja descontinuidade ocorreu em função da perda de competitividade e de prejuízos recorrentes em suas operações:

- Demonstração do Resultado – As receitas e despesas de operações descontinuadas e os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo, são apresentados na rubrica “Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas”;

O detalhamento das referidas operações descontinuadas está descrito na nota 33.

Nota 3 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem varias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização dos créditos tributários diferidos, *impairment* nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisão para contingências e perdas por *impairment*.

As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 37.964, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 8.312 líquido dos efeitos tributários.

b) Perda (*impairment*) estimada do ágio

A Companhia e suas controladas testam anualmente eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas notas 2.10 e 2.12. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico, porém sem representatividade importante em relação ao patrimônio líquido.

c) Benefícios de planos de Previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Nota 4 – Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, inclusive com o acompanhamento pelo Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Risco. A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

(a) Risco de Mercado

(I) Risco cambial: O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas possuem uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(II) Operações com Derivativos: Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2013 são os seguintes:

a - Contratos de SWAP US\$ x CDI

A Companhia possui oito contratos desta modalidade, cujo valor *notional* agregado é de US\$ 207,049 mil com diversos vencimentos até 18/06/2018, com uma posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

A Companhia contratou estas operações com o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI.

b - Contrato de SWAP Pré x CDI

A Companhia possui cinco contratos com valor agregado de R\$ 144.897 sendo o último vencimento em 04/11/2016 com posição ativa em taxa pré fixada e posição passiva em um percentual da variação do CDI.

A controlada Duratex Florestal Ltda., possui dois contratos com valor agregado de R\$ 163.545 sendo o último vencimento em 21/09/2015 com posição ativa em taxa pré fixada e posição passiva em um percentual do CDI.

A Companhia e sua controlada contrataram essas operações com o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI.

c - Cálculo do valor justo das posições

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *Swap*.

Quadro Demonstrativo						
	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo		Efeito Acumulado (período atual)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	Valor a receber recebido	Valor a pagar/ pago
I. Contratos de Swaps						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (USD)	436.876	258.711	486.864	264.340	46.423	-
Taxa Pré-Fixada	308.442	349.770	334.283	411.218	338	-
Posição Passiva						
CDI	(745.318)	(608.481)	774.385	(651.169)	-	-
II. Contratos de Futuro (NDF)						
Compromisso de Compra						
Moeda Estrangeira (USD)	-	24.373	-	(70)	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações financeiras.

d - Análise de sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA/ Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade					
Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Valores em R\$ Mil		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
De taxa de Juros	SWAP - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(7.533)	(21.768)	(36.256)
	Objeto de "hedge": empréstimo em taxas pré-fixadas		7.533	21.768	36.256
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	SWAP - US\$ / CDI (Res.2770 e Res 4131)	Queda US\$	(22.637)	(180.704)	(338.771)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$) (aumento US\$)		22.637	180.704	338.771
	Efeito Líquido		-	-	-
Total			-	-	-

(III) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas.

(a) Risco de Crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

(b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e disponível mínimo que a mesma deve manter, sendo este último o maior dos seguintes valores: montante equivalente a 60 dias de receita líquida ou o valor do serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras:

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	2015 e 2016	2017 a 2021	2022 em diante	Menos de 1 ano	2015 e 2016	2017 a 2021	2022 em diante
31/12/2013								
Empréstimos / Debêntures	575.803	1.020.686	476.402	9.721	716.373	1.184.132	540.615	9.721
Fornecedores	188.999	-	-	-	180.167	-	-	-
Total	764.802	1.020.686	476.402	9.721	896.540	1.184.132	540.615	9.721

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pelo Conselho de Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao valor da dívida líquida dividida pelo capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A - Empréstimos, financiamentos e Debêntures	2.082.612	2.049.875	2.450.841	2.401.787
de curto prazo	575.803	566.143	716.373	681.774
de longo prazo	1.506.809	1.483.732	1.734.468	1.720.013
B-(-) Caixa e equivalentes de caixa	511.239	617.307	996.843	1.032.077
C=(A-B) Dívida líquida	1.571.373	1.432.568	1.453.998	1.369.710
D- Patrimônio líquido	4.365.005	4.019.981	4.365.005	4.023.605
C/D=Índice de alavancagem financeira	36%	36%	33%	34%

A alavancagem financeira permaneceu nos mesmos patamares do apresentado no ano anterior, absorvendo os desembolsos ocorridos no plano de investimento e pagamento de 70% do valor acordado na aquisição da Thermosystem.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

- O valor justo de “swap” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por categoria/nível:

	Empréstimos e recebíveis		Passivos financeiros		Ativos e Passivos financeiros designados a valor justo		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
ATIVOS								
Caixa e equivalentes de caixa	996.843	1.032.077	-	-	-	-	996.843	1.032.077
Contas a receber de clientes	913.362	796.008	-	-	-	-	913.362	796.008
Opções de compra de ações (*)	-	-	-	-	-	2.498	-	2.498
Depósitos vinculados	28.290	25.717	-	-	-	-	28.290	25.717
Soma	1.938.495	1.853.802	-	-	-	2.498	1.938.495	1.856.300
PASSIVOS								
Empréstimos/debêntures	-	-	1.672.944	1.790.093	777.897	611.694	2.450.841	2.401.787
Fornecedores	-	-	180.167	211.829	-	-	180.167	211.829
Dividendos/JCP	-	-	78.697	91.248	-	-	78.697	91.248
Instrumentos financeiros derivativos (**)	-	-	-	-	(4.034)	(11.562)	(4.034)	(11.562)
Soma	-	-	1.931.808	2.093.170	773.863	600.132	2.705.671	2.693.302

(*) Valor lançado na rubrica de outras contas a receber no ativo não circulante.

(**) Os instrumentos derivativos estão apresentados no quadro acima pelo valor líquido, ativo ou passivo, e referem-se em sua totalidade a instrumentos financeiros nível 2.

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	35.023	25.391	50.450	38.839
Aplicações em renda fixa	163	286	1.539	2.525
Certificados de depósitos bancários	476.053	591.630	945.160	990.713
Reclassificação para ativos de operações descontinuadas (nota 33)	-	-	(306)	-
TOTAL	511.239	617.307	996.843	1.032.077

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.

Nota 6 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Cientes no país	830.149	739.795	905.769	785.733
Cientes no exterior	54.238	42.094	41.467	39.127
Impairment no contas a receber de clientes	(33.020)	(28.168)	(33.815)	(28.852)
Reclassificação para ativos de operações descontinuadas (nota 33)	-	-	(59)	-
TOTAL	851.367	753.721	913.362	796.008

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	833.849	743.921	896.134	786.291
Vencidos até 30 dias	10.655	4.111	10.750	4.228
Vencidos de 31 a 60 dias	1.166	852	1.166	858
Vencidos de 61 a 90 dias	545	688	586	715
Vencidos de 91 a 180 dias	3.527	3.048	3.527	3.048
Vencidos a mais de 180 dias	34.645	29.269	35.074	29.720
TOTAL	884.387	781.889	947.237	824.860

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais, venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo.

A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito e informações do mercado.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental da Empresa.

Os clientes são classificados como A, B, C e D pelo seu tempo de relacionamento e histórico de pagamentos.

Classificação	Tempo de cadastro	Histórico de pagamentos	% do saldo da carteira de clientes	
			31/12/2013	31/12/2012
A	acima de 05 anos	Pontual	63%	57%
B	acima de 03 anos	até 01 dia de atraso médio	6%	7%
C	abaixo de 03 anos	Acima de 01 dia de atraso médio	27%	33%
D		Inadimplentes	4%	3%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas controladas não mantêm nenhum título como garantia.

Nota 7 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Produtos acabados	125.428	91.507	144.709	104.529
Matérias-primas	206.279	152.822	209.664	160.213
Produtos em elaboração	92.104	69.455	103.156	76.691
Almoxarifado geral	81.991	69.853	83.717	70.967
Adiantamentos a fornecedores	3.147	2.131	5.702	2.233
Total	508.949	385.768	546.948	414.633

Nota 8 – Valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<u>Circulante</u>				
Dividendos a receber	42.509	31.273	-	-
Fundação Itaúsa Industrial	14.037	-	14.037	-
Venda de fazendas/Imóveis	16.080	15.101	22.098	20.718
Demais valores a receber	6.066	10.513	6.242	12.868
Total Circulante	78.692	56.887	42.377	33.586
<u>Não Circulante</u>				
Fundação Itaúsa Industrial	16.377	-	16.377	-
Venda de fazendas/Imóveis	8.238	21.548	10.371	28.978
Fomento nas operações florestais	-	-	12.411	12.276
Demais valores a receber	10.763	12.815	23.532	20.962
Total Não Circulante	35.378	34.363	62.691	62.216

Nota 9 – Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	16.244	14.692	25.429	22.877
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	26.859	29.566	28.078	31.381
PIS e COFINS a compensar	2.679	5.931	10.553	13.846
ICMS e IPI a recuperar	7.333	9.039	15.350	13.857
Outros	652	20	1.162	1.133
Total	53.767	59.248	80.572	83.094
Não Circulante				
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de Imobilizado (*)	49.256	44.054	50.544	45.462
Total	49.256	44.054	50.544	45.462

(*) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPC's/IFRS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	26.330	29.722	32.402	34.327
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	16.257	12.222	17.729	13.405
Provisões para perdas nos estoques	692	3.326	742	3.371
Provisão de ajuste de ativos a mercado	2.307	2.203	2.309	2.205
Provisão de comissões a pagar	1.735	1.777	1.735	1.777
Provisões diversas	5.339	10.194	9.873	13.569
Resultado do SWAP (caixa x competência)	-	-	14	-
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	21.730	21.466	29.128	29.328
Provisões de encargos trabalhistas diversos	9.683	9.929	11.281	10.886
Provisões fiscais	8.893	9.316	14.679	15.118
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.363	1.209	2.377	1.209
Provisão para perdas em investimentos	469	469	469	469
Provisões diversas	192	150	192	1.253
Efeito da combinação de negócios - CPCs / IFRS	130	393	130	393
Total de ativos de impostos diferidos	48.060	51.188	61.530	63.655
Passivo não circulante				
I.Renda e C. social s/ Reserva de reavaliação	(29.912)	(32.685)	(56.211)	(61.510)
I.Renda e C. social s/ ajuste a valor presente de financiamento	(7.748)	(8.405)	(7.748)	(8.405)
I.Renda e C. social s/ resultado do SWAP (caixa x competência)	(17.285)	(3.583)	(17.285)	(4.337)
I.Renda e C. social s/ depreciação (crédito 25% da C.Social)	-	(3.272)	(8.005)	(11.885)
I.Renda e C. social s/ ágio rentabilidade futura	(15.175)	(8.936)	(15.175)	(4.199)
I.Renda e C. social s/ venda de imóvel	(4.097)	(6.303)	(5.278)	(8.369)
I.Renda de empresas sediadas no exterior (Deca Piazza)	-	-	-	(699)
I.Renda e C. social s/ outras obrigações tributárias	(91.956)	(69.585)	(95.538)	(69.620)
I.Renda e C. social s/ ajustes CPCs IFRS	(113.451)	(119.162)	(300.353)	(316.683)
Total de passivos de impostos diferidos	(279.624)	(251.931)	(505.593)	(485.707)

Nota 11 – Partes relacionadas**a) Saldos e operações com empresas controladas**

Descrição	Controladas diretas					Coligada	
	Duratex Coml.	Exportadora	Duratex Florestal		Thermosystem	Tablemac	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Ativo							
Clientes	-	-	33	55	4	5.636	-
Dividendos a receber	-	472	42.509	30.801	-	-	-
Contas a receber	-	-	41	11	-	-	-
Empresas controladas	-	-	-	-	13.597	-	-
Passivo							
Fornecedores	-	-	25.774	21.620	-	-	-
Empresas controladas	-	-	4	5	-	-	-
Resultado							
Vendas	-	-	28	20	13	10.979	1.899
Compras	-	-	(295.751)	(265.299)	-	-	-
Financeiro	-	-	2	2	-	123	-
Outros	-	-	6	35	-	-	-

Descrição	Controladas indiretas					
	TCI Trading		Duratex N. America		Deca Piazza	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo						
Clientes	-	-	11.056	8.863	7.929	6.788
Contas a receber	22	9	-	-	-	-
Passivo						
Fornecedores	-	1.010	-	-	-	-
Resultado						
Vendas	-	-	29.620	27.637	655	3.508
Compras	(37.808)	(80.755)	-	-	-	-
Financeiro	-	-	783	633	1.039	635

b) Outras partes relacionadas

DESCRIÇÃO	Leo Madeiras Mags. & Fer. Ltda		Leroy Merlin Cia Bras Bricolagem		Ligna Florestal Ltda.		Elekeiroz S.A.	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo								
Clientes	12.601	16.610	26.805	30.130	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	-	-	2.500	-	-	-
Passivo								
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	556	-
Resultado								
Vendas	82.354	91.520	110.356	92.043	-	-	785	-
Compras	(29)	-	(7.132)	-	-	-	(29.368)	(25.550)
Custos com arrendamentos (*)	-	-	-	-	(22.079)	(13.446)	-	-

(*) Os custos com arrendamento referem-se aos custos com o contrato de arrendamento rural firmado pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativo a terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esse arrendamento são de R\$ 1.515 e são reconhecidos de forma linear ao longo do contrato. Tal contrato possui vencimento em julho de 2038, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos, e serão reajustados anualmente pela variação do INPC/IBGE. A elevação dos valores pagos em 2013 refere-se, principalmente a renegociação com efeitos retroativos dos arrendamentos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul no valor de R\$ 6.370, conforme detalhado na Nota 21.

DESCRIÇÃO	Itaútec S.A.		Itaúsa Empreendimentos S.A.		Itaúsa Investimentos S.A.		Itaú Unibanco		Itaú Seguros	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo										
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	199.104	532.725	-	-
Clientes	-	3	-	-	27	-	-	114	-	-
Passivo										
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	492	-
Resultado										
Vendas	37	75	-	-	36	-	428	350	-	-
Despesas de aluguel	-	-	-	-	(2.841)	(2.525)	-	-	-	(937)
Despesas de seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.645)	(3.187)
Rendimentos de aplicações	-	-	-	-	-	-	29.056	27.063	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	(133)	-	-	-
Outros resultados	(2.471)	(2.917)	(1.250)	(2.505)	-	-	-	-	-	-

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições usuais de mercado.

As aplicações financeiras no Itaú Unibanco são efetuadas nas condições normais do mercado financeiro e dentro dos limites estabelecidos pela administração da Companhia. Os valores apresentados como receitas financeiras referem-se à remuneração das aplicações financeiras e as despesas financeiras referem-se a despesas com cobrança de títulos.

c) Remuneração da Administração

A remuneração paga ou a pagar aos executivos da Administração da Companhia e de suas controladas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi R\$ 14.433 como honorários (R\$ 12.837 em 31 de dezembro de 2012), R\$ 13.934 como participações (R\$ 15.645 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 6.736 relativo à remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações (R\$ 5.694 em 31 de dezembro de 2012).

Nota 12 – Investimentos em controladas e coligada

a) Movimentação dos investimentos

	Controladas diretas									
	Duratex Coml. Exp.	Duratex Florestal	Estrela do Sul	Duratex Empreend.	Duratex Europe	Ind. Met. Jacareí	Thermosystem Eletr. Eletron.	Bale Com. Prod.	Mykonos Admin. Part.	Total
Acções/ quotas possuídas (Mil)										
Ordinárias	6	182	-	-	-	-	-	-	-	
Preferenciais	10	52	-	-	-	-	-	-	-	
Quotas	-	-	12	2.874	-	-	19.243	-	-	
Participação	100,00	99,99	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99	99,99	
Capital social	190.200	700.006	12	2.874	196.812	-	19.243	10	10	
Patrimônio líquido	143.975	1.465.452	5.576	6.822	133.049	-	28.945	10	10	
Lucro / (prejuízo) do exercício	(69.326)	173.659	179	353	(65.916)	-	6.398	-	-	
Movimentação dos investimentos										
Em 31 de dezembro de 2011	36.822	1.325.565	5.267	6.078	7	-	-	-	-	1.373.739
Amortização de ágio	-	(67)	-	-	-	(2.894)	-	-	-	(2.961)
Resultado de Equivalência	1.988	127.385	130	391	(7)	403	-	-	-	130.290
Aquisição da Indústria Metalúrgica Jacareí	-	-	-	-	-	46.343	-	-	-	46.343
Variação do RNR	820	-	-	-	-	-	-	-	-	820
Aumento de capital	47.000	-	-	-	-	-	-	-	-	47.000
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	4.802	-	-	-	-	-	-	-	-	4.802
Dividendos	(472)	(123.344)	-	-	-	-	-	-	-	(123.816)
Incorporação de controlada em 28.12.2012	-	-	-	-	-	(13.026)	-	-	-	(13.026)
Reclassificação do ágio para intangível	-	-	-	-	-	(16.174)	-	-	-	(16.174)
Reclassificação do ágio para imobilizado	-	-	-	-	-	(14.652)	-	-	-	(14.652)
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	118.200	-	-	-	-	-	-	-	-	118.200
Em 31 de dezembro de 2012	209.160	1.329.539	5.397	6.469	-	-	-	-	-	1.550.565
Amortização de ágio	-	(64)	-	-	-	-	(1.342)	-	-	(1.406)
Resultado de Equivalência	(69.326)	173.659	179	353	-	-	6.398	-	-	111.263
Aquisição da Thermosystem Eletrônica Ltda	-	-	-	-	-	-	56.402	-	-	56.402
Constituição da Bale Com. Produtos p/construção S.A.	-	-	-	-	-	-	-	9	-	9
Constituição da Mykonos Admin. e participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	4.141	-	-	-	-	-	-	-	-	4.141
Dividendos	-	(42.509)	-	-	-	-	-	-	-	(42.509)
Em 31 de dezembro de 2013	143.975	1.460.625	5.576	6.822	-	-	61.458	9	9	1.678.474

	Controladas indiretas						Coligada
	Deca Piazza	North America	Duratex Europe	Duratex Belgium	TCI Trading	Jacarandá Mimoso	Tablemac
Acções/ quotas possuídas (Mil)							
Ordinárias	32.545	500	19	1.880	7.401	-	12.529.839
Preferenciais	-	-	-	-	7.401	-	-
Quotas	-	-	-	-	-	-	-
Participação	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	37,00
Capital social	15.272	885	196.812	46.762	17.634	-	54.332
Patrimônio líquido	(6.956)	7.709	133.049	34.205	20.147	-	328.233
Lucro / (prejuízo) do exercício	(13.774)	(27)	(65.916)	(13.680)	237	-	(2.389)
Movimentação dos investimentos							
Em 31 de dezembro de 2011	6.133	5.799	17.475	-	16.407	94.828	-
Amortização de ágio	-	-	-	-	-	-	1.078
Resultado de Equivalência	(6.599)	379	(8.432)	(2.218)	2.296	(5)	2.024
Aquisição de ações Tablemac	-	-	-	-	-	-	119.541
Goodwill - Tablemac	-	-	-	-	-	-	44.478
Constituição da investida	-	-	-	155	-	-	-
Aumento de capital	6.888	-	176.908	47.300	-	-	-
Variação cambial sobre patrimônio líquido	(278)	559	8.221	2.666	-	-	6.583
Dividendos	-	-	-	-	(2.193)	-	-
Incorporação de controlada em 30.04.2012	-	-	-	-	-	(94.823)	-
Variação do % de participação	-	-	7	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	6.144	6.737	194.179	47.903	16.510	-	173.704
Amortização de ágio	-	-	-	-	-	-	118
Resultado de Equivalência	(13.774)	(27)	(65.916)	(13.680)	(76)	-	(884)
Dividendos	-	-	-	-	(100)	-	(1.382)
Variação cambial sobre patrimônio líquido	674	999	(4.416)	(3.538)	-	-	16.186
Aquisição de ações TCI Trading	-	-	-	-	3.813	-	-
Reversão Variação Cambial s/ ágio Tablemac	-	-	9.202	3.520	-	-	-
Reversão do Ágio Tablemac	-	-	-	-	-	-	(66.296)
Em 31 de dezembro de 2013	(6.956)	7.709	133.049	34.205	20.147	-	121.446

b) Aquisição de controlada

Em janeiro de 2013 a Duratex S.A. adquiriu a totalidade das quotas sociais da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda pelo valor de R\$ 56,4 milhões, após ajuste do preço pela variação do capital de giro, conforme previsto em contrato. Essa operação se enquadra nas regras do CPC 15 R1 “Combinação de Negócios” aprovada pela Deliberação CVM nº 665 de 4 de agosto de 2011. Dessa forma os ativos e passivos registrados foram avaliados aos seus respectivos valores justos.

Os detalhes dos valores em livros e valores justos líquidos adquiridos e o ágio são como seguem:

	Valor justo	Valor contábil da adquirida
Ativos	53.610	41.138
Caixa e equivalentes de caixa	2.738	2.738
Contas a receber de clientes	11.055	11.221
Estoques	12.365	10.185
Impostos e contribuições a recuperar	792	792
Demais créditos	845	854
Imobilizado	16.086	15.279
Intangível	69	69
Marcas	9.660	-
Passivos	22.785	18.592
Fornecedores	3.246	3.318
Empréstimos e financiamentos	7.884	7.884
Obrigações com pessoal	2.135	2.135
Impostos e contribuições	2.924	2.924
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.965	1.700
Contas a pagar	631	631
Total dos ativos líquidos	30.825	22.546
Goodwill	25.577	
Valor pago na aquisição	56.402	

Nota 13 – Imobilizado

CONTROLADORA	Terras e terrenos	Construções e banfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo inicial em 01/01/2012								
Custo	86.630	604.026	2.583.262	295.245	26.481	24.536	92.880	3.713.060
Depreciação acumulada	-	(225.352)	(1.020.020)	-	(17.980)	(16.690)	(63.258)	(1.343.300)
Saldo contábil, líquido	86.630	378.674	1.563.242	295.245	8.501	7.846	29.622	2.369.760
Em 31/12/2012								
Saldo inicial	86.630	378.674	1.563.242	295.245	8.501	7.846	29.622	2.369.760
Aquisições	220	619	69.141	432.402	1.562	596	6.809	511.349
Baixas	-	(208)	(15.101)	12.406	(91)	(1.042)	(761)	(4.797)
Depreciações	-	(22.168)	(168.977)	-	(1.430)	(1.998)	(7.175)	(201.748)
Transferências	-	19.891	60.860	(81.281)	418	(1.929)	2.041	-
Incorporação Indústria Metalúrgica Jacareí	3.836	3.604	9.852	167	323	21	1.738	19.541
Saldo contábil, líquido	90.686	380.412	1.519.017	658.939	9.283	3.494	32.274	2.694.105
Saldo em 31/12/2012								
Custo	90.686	627.932	2.708.014	658.939	28.693	22.182	102.707	4.239.153
Depreciação acumulada	-	(247.520)	(1.188.997)	-	(19.410)	(18.688)	(70.433)	(1.545.048)
Saldo contábil, líquido	90.686	380.412	1.519.017	658.939	9.283	3.494	32.274	2.694.105
Em 31/12/2013								
Saldo inicial	90.686	380.412	1.519.017	658.939	9.283	3.494	32.274	2.694.105
Aquisições	2.500	838	40.330	336.075	3.620	67	3.807	387.237
Baixas	-	-	(5.155)	(5)	(84)	(851)	748	(5.347)
Depreciações	-	(24.101)	(185.469)	-	(1.687)	(1.084)	(7.329)	(219.670)
Transferências	19.076	132.319	467.425	(623.371)	715	105	3.731	-
Saldo contábil, líquido	112.262	489.468	1.836.148	371.638	11.847	1.731	33.231	2.856.325
Saldo em 31/12/2013								
Custo	112.262	761.089	3.210.614	371.638	32.944	21.503	110.993	4.621.043
Depreciação acumulada	-	(271.621)	(1.374.466)	-	(21.097)	(19.772)	(77.762)	(1.764.718)
Saldo contábil, líquido	112.262	489.468	1.836.148	371.638	11.847	1.731	33.231	2.856.325

CONSOLIDADO	Terras e terrenos	Construções e banfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo inicial em 01/01/2012								
Custo	604.346	628.237	2.558.737	295.543	34.396	50.984	97.502	4.269.745
Depreciação acumulada	-	(239.091)	(967.719)	-	(25.035)	(32.162)	(65.903)	(1.329.910)
Saldo contábil, líquido	604.346	389.146	1.591.018	295.543	9.361	18.822	31.599	2.939.835
Em 31/12/2012								
Saldo inicial	604.346	389.146	1.591.018	295.543	9.361	18.822	31.599	2.939.835
Aquisições	1.919	1.745	77.181	434.133	1.829	1.068	8.124	525.999
Baixas	(2.407)	(301)	(15.466)	12.403	(111)	(2.334)	(765)	(8.981)
Depreciações	-	(22.737)	(177.146)	-	(1.593)	(5.361)	(7.475)	(214.312)
Transferências	-	21.317	60.972	(82.081)	418	(2.160)	1.534	-
Incorporação Indústria Metalúrgica Jacareí	3.773	2.538	6.896	-	225	20	1.090	14.542
Saldo contábil, líquido	607.631	391.708	1.543.455	659.998	10.129	10.055	34.107	3.257.083
Saldo em 31/12/2012								
Custo	607.631	653.536	2.688.320	659.998	36.757	47.578	107.485	4.801.305
Depreciação acumulada	-	(261.828)	(1.144.865)	-	(26.628)	(37.523)	(73.378)	(1.544.222)
Saldo contábil, líquido	607.631	391.708	1.543.455	659.998	10.129	10.055	34.107	3.257.083
Em 31/12/2013								
Saldo inicial	607.631	391.708	1.543.455	659.998	10.129	10.055	34.107	3.257.083
Aquisições	27.050	845	42.932	348.523	3.811	453	4.329	427.943
Baixas	(511)	(1.274)	(5.999)	(44)	(265)	(2.112)	(60)	(10.265)
Depreciações	-	(24.695)	(195.644)	-	(1.887)	(3.739)	(7.808)	(233.773)
Transferências	19.482	132.461	474.964	(633.456)	758	1.689	4.102	-
Aquisição Thermosystem	361	1.704	11.308	551	511	138	705	15.278
Ágio Thermosystem	198	914	(1.489)	1.040	167	18	3	851
Variação cambial	(82)	(150)	(57)	-	(1)	-	-	(290)
Operação descontinuada	-	(40)	-	-	-	-	-	(40)
Saldo contábil, líquido	654.129	501.473	1.869.470	376.612	13.223	6.502	35.378	3.456.787
Saldo em 31/12/2013								
Custo	654.129	787.996	3.209.979	376.612	41.738	47.764	116.564	5.234.782
Depreciação acumulada	-	(286.523)	(1.340.509)	-	(28.515)	(41.262)	(81.186)	(1.777.995)
Saldo contábil, líquido	654.129	501.473	1.869.470	376.612	13.223	6.502	35.378	3.456.787

As Imobilizações em andamento referem-se substancialmente à expansão das plantas de Itapetininga-SP, Taquari- RS, Metais-SP e Queimados-RJ. Em 31 de dezembro de 2013, os contratos firmados para estas expansões totalizam aproximadamente R\$ 114,7 milhões.

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC10 – “Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento” do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela deliberação CVM nº 619/09, em 2012 a Companhia revisou a vida útil-econômica estimada de seus principais ativos para o cálculo da depreciação.

Taxas anuais de depreciação	
Construções e benfeitorias	4,00%
Máquinas, equipamentos e instalações	6,70%
Móveis e utensílios	10,00%
Veículos	10% a 20%
Outros ativos	10% a 20%

Nota 14 – Ativos biológicos (Reservas florestais)

A Companhia detém, através de sua controlada Duratex Florestal Ltda. (anteriormente Duraflora S.A.), reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto-suficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2013, a Duratex Florestal Ltda. (anteriormente denominada Duraflora S.A.) possuía aproximadamente 139,5 mil hectares em áreas de efetivo plantio (140,2 mil hectares em 31 de dezembro de 2012) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).
- Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo de formação dos ativos biológicos	595.096	545.248
Diferencial entre custo e valor justo	530.520	557.089
Valor justo dos ativos biológicos	1.125.616	1.102.337

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	1.102.337	1.094.220
Variação do valor justo		
Preço volume	191.519	144.574
Exaustão	(218.088)	(162.778)
Variação do valor histórico		
Formação	132.407	114.811
Exaustão	(82.559)	(88.490)
Saldo final	1.125.616	1.102.337
Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico		
Variação do valor justo	191.519	144.574
Exaustão do valor justo	(218.088)	(162.778)

O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos preços de mercado, produtividade e volume colhido.

Nota 15 – Intangível

Controladora	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2012					
Custo	43.572	2.653	226.819	383.378	656.422
Amortização acumulada	(19.541)	-	-	(53.916)	(73.457)
Saldo contábil, líquido	24.031	2.653	226.819	329.462	582.965
Saldo em 31/12/2012					
Saldo inicial	24.031	2.653	226.819	329.462	582.965
Adições	2.729	243	-	-	2.972
Amortizações	(6.743)	-	-	(25.601)	(32.344)
Incorporação Indústria Metalúrgica Jacareí	303	989	2.402	12.783	16.477
Saldo contábil, líquido	20.320	3.885	229.221	316.644	570.070
Saldo em 31/12/2012					
Custo	46.604	3.885	229.221	396.161	675.871
Amortização acumulada	(26.284)	-	-	(79.517)	(105.801)
Saldo contábil, líquido	20.320	3.885	229.221	316.644	570.070
Em 31/12/2013					
Saldo inicial	20.320	3.885	229.221	316.644	570.070
Adições	1.308	809	-	-	2.117
Amortizações	(7.283)	(565)	-	(26.467)	(34.315)
Saldo contábil, líquido	14.345	4.129	229.221	290.177	537.872
Saldo em 31/12/2013					
Custo	47.912	4.694	229.221	396.161	677.988
Amortização acumulada	(33.567)	(565)	-	(105.984)	(140.116)
Saldo contábil, líquido	14.345	4.129	229.221	290.177	537.872
Taxa média de amortização	20%	0%	0%	6,67%	

Consolidado	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2012					
Custo	43.981	2.661	226.819	383.378	656.839
Amortização acumulada	(19.769)	-	-	(53.916)	(73.685)
Saldo contábil, líquido	24.212	2.661	226.819	329.462	583.154
Saldo em 31/12/2012					
Saldo inicial	24.212	2.661	226.819	329.462	583.154
Adições	3.098	245	-	-	3.343
Baixas	(111)	-	-	-	(111)
Amortizações	(6.807)	-	-	(25.601)	(32.408)
Incorporação Indústria Metalúrgica Jacareí	303	989	2.402	12.783	16.477
Saldo contábil, líquido	20.695	3.895	229.221	316.644	570.455
Saldo em 31/12/2012					
Custo	47.271	3.895	229.221	396.161	676.548
Amortização acumulada	(26.576)	-	-	(79.517)	(106.093)
Saldo contábil, líquido	20.695	3.895	229.221	316.644	570.455
Em 31/12/2013					
Saldo inicial	20.695	3.895	229.221	316.644	570.455
Adições	1.795	803	-	-	2.598
Baixas	(72)	(5)	-	-	(77)
Amortizações	(7.431)	(565)	-	(26.467)	(34.463)
Aquisição da Thermosystem	64	5	-	-	69
Ágio Thermosystem	-	9.660	25.577	-	35.237
Saldo contábil, líquido	15.051	13.793	254.798	290.177	573.819
Saldo em 31/12/2013					
Custo	49.058	14.358	254.798	396.161	714.375
Amortização acumulada	(34.007)	(565)	-	(105.984)	(140.556)
Saldo contábil, líquido	15.051	13.793	254.798	290.177	573.819
Taxa média de amortização	20%	0%	0%	6,67%	

Nota 16 – Teste de *impairment* dos ágios

a) Ágio na aquisição das empresas Cerâmica Monte Carlo, Satipel, Metalúrgica Ipê e Thermosystem.

Foi efetuado pela Administração da Companhia o teste de recuperabilidade (*impairment*) do valor dos ágios, considerando a unidade geradora de caixa do ativo. Neste teste foram consideradas projeções de fluxos de caixa descontado de longo prazo e taxa de desconto nominal de 15,89%, não havendo necessidade de *impairment*, uma vez que os valores são recuperáveis.

b) Ágio na aquisição da Tablemac

Conforme mencionado na nota 34, em janeiro de 2014 a Duratex adquiriu o controle acionário da investida Tablemac mediante a aquisição e uma participação adicional de 43,62%. Em atendimento ao que determina o CPC 15 – Combinação de Negócios, no caso de uma aquisição de controle por estágios, a empresa deve efetuar a baixa do seu investimento anterior e mensurar a sua nova participação ao valor justo na data da aquisição. Em antecipação a essa baixa, a Empresa avaliou a necessidade de *impairment* do ágio contabilizado na aquisição inicial da Tablemac em 2012 no valor de R\$ 53,6 (R\$ 66,3 de ágio e R\$ 12,7 de variação cambial anteriormente contabilizada no patrimônio líquido) tendo reconhecido a perda no resultado de 2013.

Nota 17– Empréstimos e financiamentos

MODALIDADE	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	GARANTIAS	31/12/2013		31/12/2012	
				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Em Moeda Nacional - controladora							
BNDES	TJLP + 2,2% a.a	Mensal e Trimestral	Aval - Itaúsa -investimentos Itaú S.A.	59.869	145.184	60.045	204.458
BNDES	TJLP + 2,7% a.a	Mensal	Fiança - Companhia Ligna de Investimentos	31.511	24.031	31.606	55.369
BNDES	TJLP + 2,8% a.a	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	57.599	244.923	19.790	143.652
BNDES	4,7% a.a.	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	4.334	13.556	-	-
BNDES	Selic + 2,16% a.a	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	877	3.353	-	-
BNDES REVITALIZA	9 % a.a.	Junho 2013	Fiança Dx.Coml. Exportadora S.A.	-	-	50.168	-
BNDES REVITALIZA com Swap	8 % a.a.	Agosto 2014		50.583	-	483	49.974
BNDES PROGEREN	TJLP + 2,85% a.a	Dezembro 2015	Nota Promissória	29.042	25.000	56	50.000
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./ Pré 3,4 % a.a.	Mensal e Trimestral	Alienação Fiduciária e NP	2.144	33.544	999	13.583
CREDITO INDUSTRIAL com Swap	12,7 % a.a	Até Abril 2015	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	6.653	52.543	110.464	54.706
CREDITO INDUSTRIAL	101,2 % CDI	Até Novembro 2015	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	273.905	184.483	54.946	384.044
CREDITO EXPORTAÇÃO com Swap	8 % a.a.	Até Novembro 2016		617	52.870	-	-
FLOATING RATE NOTE	109,3% CDI	Até Maio 2013		-	-	140.840	-
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Até Dezembro 2020	Fiança - Companhia Ligna de Investimentos	17.370	123.574	4.048	135.801
FUNDOPEM	IPCA + 3% a.a	Até Julho 2026	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	-	16.017	-	9.793
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4% a.a / IPCA + 6% a.a	Até Janeiro 2018	Fiança - Cia .Ligna de Inv. e Hipoteca de bens	11.922	13.812	13.518	21.415
DESCONTO NPR	5,5 % a.a.	Até Abril 2014	Nota Promissória	7.720	-	24.893	-
Total em Moeda Nacional - controladora				554.146	932.890	511.856	1.122.795
Em Moeda Estrangeira - controladora							
BNDES	Cesta de Moedas + 2,2 % a.a	Mensal	Aval - Itaúsa -investimentos Itaú S.A.	6.744	18.889	5.917	22.342
BNDES	Cesta de Moedas + 2,4 % a.a	Mensal	Fiança - Companhia Ligna de Investimentos	4.633	4.265	4.066	7.776
BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a	Mensal	Aval - Itaúsa -investimentos Itaú S.A.	1.186	3.041	1.037	3.679
BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	351	898	307	1.086
RESOLUÇÃO 2770 com Swap	US\$ + Libor + 1,7% a.a.	Até Abril 2014	Aval - Cia Ligna Inv., Hipoteca e Alienação Fiduciária	1.617	-	2.894	1.965
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 1,9% a.a.	Até Março 2013	Aval - Duratex Florestal Ltda.	-	-	33.821	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,7% a.a.	Agosto 2015	Nota Promissória	340	103.543	308	103.194
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Dezembro 2015	Nota Promissória	63	118.159	55	118.093
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Maio 2016	Nota Promissória	143	50.837	-	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 2,0% a.a.	Junho 2018	Nota Promissória	91	107.851	-	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Julho 2016	Nota Promissória	191	57.493	-	-
Total em Moeda Estrangeira - controladora				15.359	464.976	48.405	258.135
TOTAL DA CONTROLADORA				569.505	1.397.866	560.261	1.380.930
Em Moeda Nacional - controladas							
NOTA DE CREDITO RURAL com Swap	9,4 % a.a.	Setembro 2015	Aval - Duratex S.A.	68.129	102.140	111.159	63.473
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	105,3% CDI	Junho 2015	Aval - Duratex S.A.	68.292	56.460	-	114.977
BNDES	TJLP + 2,9% a.a	Mensal e Trimestral	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	2.629	66.645	2.761	56.701
BNDES PROGEREN	9 % a.a.	Mensal	Duplicatas	901	516	-	-
LEASING	Pré 1,3% a.m.	Mensal	Máquinas e Equipamentos	324	23	-	-
FINAME	Pré 5,6 % a.a	Mensal e Trimestral	Alienação Fiduciária e Nota promissória	263	1.875	263	1.130
FUNDAP	1 % a.a.	Mensal	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	32	-	65	-
Total em Moeda Nacional - controladas				140.570	227.659	114.248	236.281
Em Moeda Estrangeira - controladas							
Capital de giro -Argentina(HSBC/Bco Patagonia)	-	-	-	-	-	1.383	-
TOTAL DAS CONTROLADAS				140.570	227.659	115.631	236.281
TOTAL CONSOLIDADO				710.075	1.625.525	675.892	1.617.211

Empréstimos e financiamentos designados ao valor justo

Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados na tabela anterior como *swap*) foram designados ao valor justo por meio do resultado.

a) Avais e Fianças

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos e financiamentos da Duratex S.A. foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 474.249 (R\$ 419.717 em 31 de dezembro de 2012), pela Companhia Ligna de Investimentos no montante de R\$ 232.735 (R\$ 243.525 em 31 de dezembro de 2012), pela Duratex Comercial Exportadora S.A., no montante de R\$ 517.584 (R\$ 654.328 em 31 de dezembro de 2012) e pela Duratex Florestal Ltda. no montante de R\$ 33.821 em 31 de dezembro de 2012. No caso de empréstimos e financiamentos obtidos pelas subsidiárias, os avais foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 48.492 (R\$ 41.623 em 31 de dezembro de 2012), pela Duratex S.A no montante de R\$ 295.021 (R\$ 289.609 em 31 de dezembro de 2012) e pela Duratex Comercial Exportadora S.A. no montante de R\$ 32 (R\$ 65 em 31 de dezembro de 2012).

b) Outras Garantias

Nos financiamentos obtidos por meio da subsidiária Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda as garantias oferecidas foram: máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 347, e duplicatas, no montante de R\$ 1.417.

c) Cláusulas restritivas

Os empréstimos e financiamentos junto ao BNDES estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, o seguinte:

a) Fábricas de MDP de Taquari e de MDF de Uberaba – apresentar licenças de operação, adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, medidas quanto à segurança e medicina do trabalho. No contrato de financiamento da fábrica de MDP de Taquari a manutenção de “covenants” está baseada no balanço consolidado da Companhia Ligna de Investimentos, que deverá manter: exigível sobre o passivo menor que 60% e margem EBITDA maior que 13%. No contrato de financiamento da fábrica de MDF de Uberaba a manutenção de “covenants” esta baseada no balanço da Duratex S.A., devendo manter limite de cobertura da dívida através da relação da dívida bancária líquida/EBITDA (*) não superior a 3,5 e a relação da dívida bruta/dívida bruta mais patrimônio líquido não seja superior a 0,75.

b) Fábricas de HDF de Botucatu, MDFII de Agudos, Resinas Industriais de Agudos, Louças de Jundiaí, Deca Metais Sanitários de São Paulo e de Jundiaí e área Florestal – manter, durante a vigência do contrato, os índices em balanço anual auditado da Duratex S.A: (i) EBITDA (*) / Despesas financeiras líquida: superior ou igual a 3,0 (ii) EBITDA (*) / Receita operacional líquida igual ou maior que 0,20: e (iii) Patrimônio líquido / Ativo total: igual ou maior que 0,45.

Caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas a Duratex S.A deverá oferecer garantias adicionais.

As obrigações contratuais relativas ao ano de 2013 foram cumpridas.

(*)EBITDA (“earning before interest, taxes, depreciation and amortization”) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

d) Empréstimos e financiamentos do passivo não circulante por prazo de vencimento

Empréstimos e financiamentos - Prazo vencimento

31/12/2013						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2015	458.865	237.187	696.052	620.005	237.187	857.192
2016	206.257	118.377	324.634	208.563	118.377	326.940
2017	90.112	1.561	91.673	91.705	1.561	93.266
2018	73.650	107.851	181.501	91.051	107.851	198.902
2019	44.056	-	44.056	74.231	-	74.231
2020	41.878	-	41.878	55.987	-	55.987
2021	8.351	-	8.351	9.286	-	9.286
Demais	9.721	-	9.721	9.721	-	9.721
Total	932.890	464.976	1.397.866	1.160.549	464.976	1.625.525

31/12/2012						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2014	485.005	13.126	498.131	613.649	13.126	626.775
2015	367.033	234.848	601.881	421.167	234.848	656.015
2016	119.649	8.797	128.446	121.813	8.797	130.610
2017	56.632	1.364	57.996	58.002	1.364	59.366
2018	42.385	-	42.385	57.296	-	57.296
2019	23.600	-	23.600	48.085	-	48.085
2020	22.151	-	22.151	32.272	-	32.272
2021	2.424	-	2.424	2.876	-	2.876
Demais	3.916	-	3.916	3.916	-	3.916
Total	1.122.795	258.135	1.380.930	1.359.076	258.135	1.617.211

Nota 18 – Debêntures conversíveis em ações

Em 8 de fevereiro de 2012 foi aprovada a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, para subscrição privada, cujos recursos foram destinados para:

- (i) Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga - SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão, e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- (ii) Aquisição, pela Companhia, das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no inciso anterior.

Composição	Data de emissão	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	Saldo em 31.12.2013		
								Circulante	Não Circulante	Total
• 1ª emissão	15/01/2012	privada conversíveis em ações	15/01/2017	777.000	128,70	99.999,9	IPCA +juros de 6%a.a base 252 dias úteis, pagos anualmente no dia 15 de janeiro de cada ano.			
• Utilizadas para aumento de capital				(1.875)						
• Em 31 de Dezembro de 2013				775.125				6.298	108.943	115.241

O valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não circulantes foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o bônus de subscrição, está incluído no patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial.

Nota 19 – Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<u>Circulante</u>				
Adiantamento de clientes	4.364	2.653	24.253	26.082
Participação estatutária	13.292	11.142	13.292	11.142
Frete e Seguros a pagar	13.094	13.440	13.094	13.440
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCP's	-	-	10.301	9.055
Comissões a pagar	7.687	6.828	8.541	7.263
Garantia de produtos e assistência técnica	7.816	7.078	7.816	7.078
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	2.113	2.063
Demais contas a pagar	24.455	22.246	32.009	26.243
Reclassificação para passivos de operações descontinuadas	-	-	(597)	-
Total Circulante	70.708	63.387	110.822	102.366
<u>Não Circulante</u>				
Sociedade em conta de participação	-	-	97.939	97.939
Aquisição da Thermosystem	21.329	-	21.329	-
Adiantamento de clientes	-	-	-	13.979
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	4.752	-
Demais contas a pagar	8.677	10.989	20.301	23.329
Total Não circulante	30.006	10.989	144.321	135.247

Nota 20 – Provisão para contingências

a) Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos, conforme apresentado a seguir:

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2011	66.281	18.400	7.050	91.731	Saldo em 31.12.2011	127.307	21.207	7.050	155.564
Atualização monetária e juros	2.693	3.096	288	6.077	Atualização monetária e juros	5.873	3.479	288	9.640
Constituição	11.665	17.553	423	29.641	Constituição	15.889	18.985	423	35.297
Reversão	(13.650)	-	-	(13.650)	Reversão	(34.994)	-	-	(34.994)
Pagamentos	(1.101)	(10.671)	(6.937)	(18.709)	Pagamentos	(1.101)	(12.180)	(6.937)	(20.218)
Saldo final em 31.12.2012	65.888	28.378	824	95.090	Saldo final em 31.12.2012	112.974	31.491	824	145.289
Depósitos Judiciais	(2.152)	(3.618)	(551)	(6.321)	Depósitos Judiciais	(15.433)	(3.881)	(551)	(19.845)
Saldo em 31.12.2012 após compensação dos depósitos judiciais	63.736	24.760	273	88.769	Saldo em 31.12.2012 após compensação dos depósitos judiciais	97.541	27.630	273	125.444

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2012	65.888	28.378	824	95.090	Saldo em 31.12.2012	112.974	31.491	824	145.289
Atualização monetária e juros	2.685	7.349	157	10.191	Atualização monetária e juros	4.432	8.149	157	12.738
Constituição	1.440	9.578	-	11.018	Aquisição da Thermosystem	1.429	30	95	1.554
Reversão	(5.316)	(11.096)	-	(16.412)	Constituição	1.749	12.689	-	14.438
Pagamentos	(669)	(6.710)	-	(7.379)	Reversão	(7.445)	(12.129)	-	(19.574)
Saldo final em 31.12.2013	64.028	27.499	981	92.508	Saldo final em 31.12.2013	111.387	32.529	1.076	144.992
Depósitos Judiciais	(1.067)	(6.239)	(611)	(7.917)	Depósitos Judiciais	(14.149)	(6.424)	(611)	(21.184)
Saldo em 31.12.2013 após compensação dos depósitos judiciais	62.961	21.260	370	84.591	Saldo em 31.12.2013 após compensação dos depósitos judiciais	97.238	26.105	465	123.808

As contingências tributárias envolvem, principalmente, discussões judiciais sobre o Plano Verão e referem-se à medida judicial com vistas a obter o reconhecimento do direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial relativo ao exercício de 1989 por meio de aplicação integral do IPC (índice bruto) de 70,28% ou o diferencial de 51,83% evitando assim as distorções que o não reconhecimento da inflação efetiva causa no balanço patrimonial da Companhia e, desta forma, na tributação do resultado. Foi obtida sentença reconhecendo o direito de corrigir o balanço patrimonial de acordo com o índice de 42,72% o que foi efetuado nos anos de 1994 a 1996. Embora a decisão do Tribunal Regional Federal – TRF tenha sido contrária à sentença, a Companhia obteve, através de Ação Cautelar, efeitos suspensivos por meio dos seus recursos no Supremo Tribunal Federal - STF e Superior Tribunal de Justiça - STJ, mantendo-se, pois, os efeitos da sentença. Em 31 de dezembro de 2013, mantém uma provisão de R\$ 52.595 (R\$ 51.485 em 31 de dezembro de 2012) decorrente de compensações efetuadas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

b) Perdas Possíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, com risco de perda classificados como possível, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Os principais valores são: R\$ 213.506, relativo à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009 da subsidiária Estrela do Sul Participações Ltda. e R\$ 34.167 relativamente à questão de incidência e crédito de ICMS.

c) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento dos tributos e contribuições cujas possibilidades de êxito são consideradas prováveis de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Como se tratam de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nos demonstrativos financeiros:

	31/12/2013	31/12/2012
Crédito prêmio de IPI de 1960 a 1985	111.030	104.201
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	10.577	10.254
Restituição do ILL pago na distribuição de dividendos de 1989 a 1992	11.314	10.783
INSS - SAT, alteração da alíquota rural, vale transporte e seguro saúde	4.694	5.444
COFINS depósito judicial	-	3.408
PIS bases de cálculo	945	2.125
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus	383	1.486
PIS e COFINS - Remessa de comissões sobre vendas ao exterior	2.055	1.952
Outros	2.705	1.128
Total	143.703	140.781

Nota 21 – Arrendamento rural

Valores envolvidos

Referem-se aos contratos de arrendamento rural firmado entre Duratex Florestal Ltda (controlada da Companhia) e Ligna Florestal Ltda (controlada da Companhia Ligna de Investimentos), relativos aos terrenos nos estados de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul onde estão localizadas as florestas. Os encargos mensais desses contratos são de R\$ 1.515.

Em 3 de outubro de 2013 o Conselho de Administração aprovou proposta apresentada pela Diretoria, em relação ao pleito revisional da Ligna Florestal Ltda para aditamento dos contratos de arrendamento de terras existentes entre a mesma e a Duratex Florestal Ltda.

Essa aprovação baseou-se em parecer unânime do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas que recomendou a aceitação dos termos dos aditamentos e também levou em consideração o parecer técnico da Poyry Silviconsult Engenharia Ltda de que as novas condições praticadas estão estritamente em linha com as condições de mercado para contratos semelhantes.

Considerando que o preço do painel 3CF de MDP (sem revestimento com espessura de 15mm), indexador dos contratos até então, não representa mais o único e principal produto produzido nestas regiões e que o MDF também passou a representar significativo percentual do faturamento, foram realizadas as seguintes alterações: (i) o preço do arrendamento foi ajustado para um valor em linha com as condições de mercado para contratos semelhantes (reajuste de 13,9%), (ii) a sistemática de reajuste anual passou de variação do preço do painel acima descrito para o INPC/IBGE, (iii) o contrato que anteriormente vencia em 2036 tem, agora, data de vencimento em 2038, mantida a renovação automática por mais 15 anos. Tais alterações são retroativas a julho de 2011 e seus efeitos já estão considerados na nota 11. Dessa forma, a Duratex pagará no período de 2014 a 2038, R\$ 18.180 por ano.

Adicionalmente, em atendimento aos requerimentos do CPC 06 – “Operações de arrendamento mercantil”, a controlada Duratex Florestal Ltda. registra os efeitos decorrentes da linearização dos custos de seus contratos de arrendamento rural.

Nota 22 – Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social autorizado da Duratex S.A. é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 1.705.272 representado por 605.059.489 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Durante o ano de 2013 o capital social foi modificado mediante:

(1) emissão de ações ordinárias subscritas e integralizadas por debenturistas conforme quadro a seguir:

Valor anterior em Reais	Qtd. anterior	Ato Societário	Ações emitidas	Valor do aumento	Qtd atual	Valor atual em Reais
1.550.246.461,69	550.054.041	RCA - 23/01/2013	30	409,56	550.054.071	1.550.246.871,25
1.550.246.871,25	550.054.071	RCA - 14/02/2013	10	137,33	550.054.081	1.550.247.008,58

(2) conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22.04.2013 o capital passou de R\$1.550.247 para R\$1.705.272 mediante capitalização de reservas de lucros e simultânea bonificação em ações, atribuindo-se aos acionistas 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações de que fossem titulares na posição final do dia 22.04.2013.

b) Ações em Tesouraria

	nº de ações	em MR\$
Saldo em 31.12.2012	828.677	10.101
Aquisições no exercício	1.060.000	14.751
Baixas no exercício	(552.285)	(6.508)
Bonificação em ações	68.662	-
Saldo em 31.12.2013	1.405.054	18.344

Preço das Ações

Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última cotação
2,86	15,67	13,06	13,15

Baseado na última cotação de mercado em 30 de dezembro de 2013, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 18.476 (R\$ 12.306 em 28 de dezembro de 2012).

c) Reservas do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Reservas de Capital	323.342	314.984
Ágio na subscrição de ações	218.720	218.720
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas	84.934	77.089
Opções Outorgadas a apropriar (Nota 29)	(12.443)	(12.956)
Reservas de Reavaliação	74.993	83.332
Reservas de Lucros	1.860.195	1.665.920
Legal	145.012	119.016
Estatutária	1.639.243	1.524.389
Dividendo adicional proposto	49.330	4.863
Incentivos fiscais art 195-A Lei 6.404/76	26.610	17.652
Ações em tesouraria	(18.344)	(10.101)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	427.370	423.423

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

Por proposta a ser efetuada pelo Conselho de Administração, o excesso de reservas de lucros em relação ao capital social será capitalizado em 2013.

Os incentivos fiscais referem-se a: R\$ 15.074 (R\$ 10.730 em 2012) do PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, R\$ 5.629 (R\$ 3.361 em 2012) do FAIN – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba e R\$ 5.907 (R\$ 3.561 em 2012) da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2013 foram calculados como segue:

Lucro líquido do exercício			519.920
(-) Reserva legal			(25.996)
(-) Incentivos fiscais			(8.958)
(-) Realização de reserva de reavaliação			8.339
Lucro líquido ajustado			493.305
Dividendo mínimo obrigatório (30%)			147.991
Dividendos declarados no exercício	Valor bruto	IRRF	Valor líquido
O Conselho de Administração em reunião realizada em 22.07.2013, deliberou creditar juros sobre o capital próprio, imputado ao valor do dividendo obrigatório de 2013, no valor de R\$ 0,157629832 por ação que totaliza R\$ 95.184 cujo pagamento foi efetuado em 15.08.2013.	95.184	(14.277)	80.907
O Conselho de Administração em reunião realizada em 16.12.2013, "ad referendum" da Assembleia Geral, deliberou creditar juros sobre o capital próprio em 30.12.2013, por conta do dividendo obrigatório de 2013, o valor de R\$ 0,122283940 por ação que totaliza R\$ 73.817 cujo pagamento será efetuado até 30.04.2014.	73.817	(11.073)	62.744
Dividendos propostos em 31.12.2013	53.670		53.670
Remuneração dos acionistas	222.671	(25.350)	197.321
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	49.330		49.330

Conforme mencionado na nota 2.21, a parcela dos dividendos excedente ao mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil das demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, não está registrada no passivo e seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 49.330, excedente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto, foi registrado no patrimônio líquido como "dividendo adicional proposto".

Nota 23 – Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado e estoques. Nos termos das apólices de seguros, o valor da cobertura monta R\$ 3.838 milhões. O Grupo não possui seguro para suas florestas. Para minimizar o risco sobre estes ativos são mantidos, brigadas interna e pessoal treinado no combate a incêndios, sistema de torres de observação, caminhões bombeiros e vigias motorizados. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

Nota 24 – Receita líquida de vendas

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas esta assim representada:

	Controladora		Consolidado (*)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta de venda	4.599.471	4.142.437	4.911.231	4.286.057
Mercado interno	4.447.195	4.017.842	4.756.892	4.159.083
Mercado externo	152.276	124.595	154.339	126.974
Impostos e contribuições sobre vendas	(988.750)	(897.033)	(1.038.526)	(913.511)
Receita líquida de vendas	3.610.721	3.245.404	3.872.705	3.372.546

(*) líquido das operações descontinuadas

Nota 25 – Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado (*)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	(191.519)	(144.574)
Variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	(527.305)	(441.166)	(483.008)	(430.722)
Matérias-primas e materiais de consumo	2.096.993	1.898.440	1.901.721	1.727.048
Remunerações, encargos e Benefícios a empregados	613.176	557.389	698.132	615.798
Encargos de depreciação, amortização e impairment	224.837	206.385	539.709	470.212
Despesas de transporte	221.901	197.353	227.503	199.396
Despesas de publicidade	67.456	58.503	74.597	58.565
Outras despesas	284.052	232.103	235.617	177.722
Total	2.981.110	2.709.007	3.002.752	2.673.445

(*) líquido de operações descontinuadas

Nota 26 – Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado (*)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	31.473	30.393	68.131	61.323
Variação cambial ativa	15.144	3.727	16.579	6.290
Atualizações monetárias	6.609	6.373	9.076	10.638
Juros e descontos obtidos	5.352	4.733	5.873	5.073
Deságio Fundap	-	-	2.755	5.817
Outras	854	(84)	242	(91)
Total	59.432	45.142	102.656	89.050
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos - Moeda nacional	(112.926)	(137.709)	(144.227)	(170.949)
Encargos sobre financiamentos - Moeda estrangeira	(65.819)	(9.877)	(65.819)	(9.305)
Variação cambial passiva	(8.179)	(4.911)	(10.193)	(7.319)
Atualizações monetárias	(5.414)	(2.340)	(7.386)	(4.722)
Operações com derivativos	33.251	8.376	36.447	14.400
Taxas bancárias	(4.132)	(4.820)	(4.495)	(5.476)
Imposto de operações financeiras	(1.640)	(2.635)	(2.203)	(3.703)
Outras	(1.480)	(1.323)	(21.745)	(20.804)
Total	(166.339)	(155.239)	(219.621)	(207.878)
Total do resultado financeiro	(106.907)	(110.097)	(116.965)	(118.828)

(*) líquido das operações descontinuadas

Nota 27 – Outros resultados operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado (*)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Amortização de carteira de clientes	(26.467)	(25.817)	(27.567)	(26.103)
Participações e Stock Option	(22.292)	(19.385)	(22.292)	(19.385)
Créditos com plano de previdência complementar	56.696	12.465	58.013	14.124
Recuperação fiscal da ação do Pis Semestralidade Lei Complementar nº 7/70	-	-	-	10.729
Reversão de contingências tributárias	-	10.028	-	10.028
Reversão de provisão de IR sobre carteira de clientes de controlada incorporada	-	16.311	-	16.311
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	11.326	52	9.136	4.011
Reversão Ágio Tablemac	-	-	(53.574)	-
	19.263	(6.346)	(36.284)	9.715

(*) líquido das operações descontinuadas

Nota 28 – Imposto de renda e contribuição social**a) Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	638.798	537.538	705.014	579.175
I.Renda e C. Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(217.191)	(182.763)	(239.705)	(196.920)
I.Renda e C. Social sobre adições e exclusões ao Resultado	98.313	104.481	69.195	84.055
Resultado de Investimentos no Exterior	-	-	(31.978)	(6.506)
Juros sobre o capital próprio	59.661	53.225	59.661	53.225
Resultado da Equivalência Patrimonial	37.829	44.298	933	688
Outras adições e exclusões	823	6.958	40.579	36.648
I.Renda e C. Social sobre o Lucro do período	(118.878)	(78.282)	(170.510)	(112.865)
No Resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(89.848)	(74.445)	(155.797)	(111.893)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(29.030)	(3.837)	(14.713)	(972)

(*) líquido das operações descontinuadas

b) Efeitos da Medida Provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória nº 627 que entre outras providências:

- revoga o Regime Tributário Transitório – RTT,
- Introduz alterações no Decreto Lei nº 1.598/77 que trata do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- Trata sobre potencial tributação de lucros ou dividendos distribuídos no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2013;
- Dispõe sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio para os anos calendários de 2008 a 2013, utilizando as contas do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, desconsiderando os valores relativos a ajuste de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação;
- Traz novas disposições quanto a tributação das empresas subsidiárias no exterior.

A Administração da Companhia procedeu à análise dos principais impactos e concluiu que os ajustes a serem efetuados com base na atual redação da Medida Provisória, ainda não aprovada pelo Congresso Nacional e não regulamentada pela Receita Federal, não são relevantes.

Nota 29 – Plano de opções de ações

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que hajam sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem

outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Duratex será fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

A Companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

(1) cupom IGP-M

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data Outorga	Qtd Outorgada	Data da carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência			Demais Períodos
					Dez/12	Dez/13 *			2007 a 2011	2012	2013	
30/03/2006	2.659.180	30/06/2007	31/12/2016	11,16	48.856	53.740	11,42	586	586	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	30/06/2008	31/12/2017	11,82	1.588.612	1.445.154	10,36	24.758	24.758	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	30/06/2009	31/12/2018	15,34	1.649.682	1.512.330	8,47	19.456	19.456	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	30/06/2012	31/12/2017	9,86	922.476	830.467	4,64	9.194	8.447	747	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	31/12/2018	16,33	1.464.818	1.420.779	8,21	8.716	4.451	2.250	2.015	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	31/12/2019	13,02	1.868.298	1.859.377	5,11	9.208	1.374	2.809	2.609	2.416
09/04/2012	1.315.360	31/12/2015	31/12/2020	10,21	1.315.360	1.287.309	5,69	6.997	-	1.492	1.917	3.588
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	31/12/2021	14,45	-	1.498.804	6,54	8.981	-	-	2.109	6.872
Soma	16.728.739				8.858.102	9.907.960		87.896	59.072	7.298	8.650	12.876
Efetividade de exercício					96,63%	96,63%		96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								84.934	57.081 (1)	7.052 (2)	8.358 (3)	12.443 (4)

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2011.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2012

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2013

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado até dezembro de 2015

(*) Contempla bonificação de ações de 10% conforme AGO/E de 22/04/2013.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía 1.405.054 ações, em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Nota 30 – Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Plano de contribuição definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de 2013, com 6.613 participantes (6.159 em 31 de dezembro 2012).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pela Towers Watson, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal dos patrocinadores, totalizou, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 107.927 (R\$ 92.232 em 31 de dezembro de 2012). O acréscimo de R\$ 15.695 foi reconhecido no resultado na rubrica Outros resultados operacionais, líquidos. A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente das obrigações atuariais	(658.130)	(622.119)
Valor justo dos ativos	898.189	847.690
Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	240.059	225.571
Restrição do Ativo devido ao Limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(132.132)	(133.339)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras	107.927	92.232

Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Em 28 de janeiro de 2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou a revisão do Plano de Benefício Definido – BD o equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do plano. A Duratex S.A. reconheceu este ativo que será recebido em 36 parcelas a partir de fevereiro de 2013, no montante de R\$ 42.318, relativo à Reserva Especial constante no Patrimônio Social da Fundação Itaúsa Industrial.

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2013:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente das obrigações atuariais	(65.969)	(71.533)
Valor justo dos ativos	133.114	145.198
(Passivo) / Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	67.145	73.665
Restrição do Ativo devido ao limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(35.561)	(73.665)
Ativo líquido de benefício definido (Passivo)	31.584	-

Premissas atuariais

Hipóteses Econômicas	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de desconto	12,73%	8,16%
Crescimento salariais futuros	9,18%	7,12%
Crescimento dos benefícios	6,00%	4,00%
Inflação	6,00%	4,00%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses Econômicas	31/12/2013	31/12/2012
Tábua de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 modificada	RRB 1944 modificada
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

Nota 31 – Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade como ações em tesouraria.

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	519.920	459.256
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	591.308	550.054
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(1.104)	(1.666)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	590.204	548.388
Lucro básico por ação	0,8809	0,8375

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, ajustadas pelo programa de *Stock Options* e debêntures conversíveis em ações.

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	519.920	459.256
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	591.308	550.054
Opções de compra de ações/debêntures conversíveis em ações	17.659	16.609
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(1.104)	(1.666)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	607.863	564.997
Lucro diluído por ação	0,8553	0,8128

Nota 32 – Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio baseado em dois segmentos relevantes: Divisão Madeira e Divisão Deca. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Não ocorrem vendas entre os segmentos.

	31/12/2013			31/12/2012		
	Madeira	Deca (*)	Consol (*)	Madeira	Deca (*)	Consol (*)
Receita Líquida de vendas	2.505.914	1.366.791	3.872.705	2.216.095	1.156.451	3.372.546
Mercado interno	2.382.404	1.335.962	3.718.366	2.113.785	1.131.788	3.245.573
Mercado externo	123.510	30.829	154.339	102.310	24.663	126.973
Variação do valor justo dos ativos biológicos	191.519	-	191.519	144.574	-	144.574
Custo dos produtos vendidos	(1.308.496)	(778.655)	(2.087.151)	(1.209.715)	(659.652)	(1.869.367)
Depreciação, amortização e exaustão	(256.781)	(58.537)	(315.318)	(248.303)	(53.215)	(301.518)
Exaustão do ajuste do ativo biológico	(218.088)	-	(218.088)	(162.778)	-	(162.778)
Lucro Bruto	914.068	529.599	1.443.667	739.873	443.584	1.183.457
Despesas com Vendas	(244.693)	(201.123)	(445.816)	(208.701)	(166.751)	(375.452)
Despesas Gerais e Administrativas	(63.273)	(64.625)	(127.898)	(62.090)	(46.814)	(108.904)
Honorários da administração	(9.321)	(5.112)	(14.433)	(8.347)	(4.490)	(12.837)
Outros Resultados Operacionais	(59.485)	23.201	(36.284)	(5.933)	15.648	9.715
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.743	-	2.743	2.024	-	2.024
Lucro Operacional antes do resultado Financeiro	540.039	281.940	821.979	456.826	241.177	698.003

(*) líquido de operações descontinuadas

Estes segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão pela Diretoria da Companhia. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota 2.

Nota 33 – Operações descontinuadas

Conforme apresentado na nota 2.22, a descontinuidade das operações da controlada Deca Piazza S.A., a partir do 3º trimestre de 2013, enquadra-se nas definições do CPC 31 – Ativos não circulante mantidos para venda e operações descontinuadas, sendo assim divulgamos a seguir os demonstrativos de ativos e passivos associados a operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2013, a demonstração de resultado das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e fluxos de caixa do ano de 2013.

a) Ativos e passivos associados a operações descontinuadas

Ativos associados a operações descontinuadas	
	<u>31/12/2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	306
Contas a receber de clientes	59
Demais créditos	1.665
Imobilizado	40
	<u>2.070</u>

Passivos associados a operações descontinuadas	
	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores	237
Obrigações com pessoal	175
Impostos e contas a pagar	773
	<u>1.185</u>

b) Resultado de operações descontinuadas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita Líquida de Vendas	10.104	21.853
Custo dos produtos vendidos	(13.225)	(22.169)
Resultado Bruto	(3.121)	(316)
Despesas com vendas	(1.569)	(2.825)
Despesas gerais e administrativas	(1.685)	(1.631)
Outros resultados operacionais, líquidos	(5.479)	(664)
Resultado Operacional Antes do Resultado financeiro e dos tributos	(11.854)	(5.436)
Resultado Financeiro	(2.244)	(572)
Resultado antes dos tributos	(14.098)	(6.008)
Imposto de renda	(264)	(591)
Prejuízo Líquido de operações descontinuadas	(14.362)	(6.599)

c) Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	<u>31/12/2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(126)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(1.382)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1.508)
Saldo inicial de caixa	1.814
Saldo final de caixa	306

Nota 34 – Evento Subsequente

Em complemento aos Comunicados ao Mercado divulgados em 18 de maio e 8 de novembro de 2012 e 2 de setembro de 2013, a DURATEX S.A. comunica aos seus acionistas e ao mercado que concluiu a realização de Oferta Pública de Aquisição (OPA) de ações do capital social da TABLEMAC S.A., empresa líder no mercado colombiano na fabricação de painéis de madeira industrializada. Foram adquiridas 14.772.002.647 ao preço de COP 8,60 por ação, que representa um aumento na participação de 43,62%, que perfaz um investimento adicional de aproximadamente US\$ 64 milhões na companhia.

Desta forma, a DURATEX passa a deter 80,62% de participação do capital da TABLEMAC e, conforme divulgado em Comunicado de 2 de setembro de 2013, fica sujeita à aplicação do CPC 15 - Combinação de Negócios (Aquisição de Controle por Estágios), o qual define que a empresa deverá mensurar novamente a sua participação anterior na empresa adquirida pelo valor justo, reconhecendo no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver. Neste caso, a DURATEX incorre na baixa contábil do ágio, no valor de R\$53,6 milhões, sem efeito caixa. Este valor está sendo reconhecido nos demonstrativos do 4º trimestre de 2013.